

Apresentação

Infância, juventude e vulnerabilidades em questão

Sônia M. Gomes Sousa⁽¹⁾

Irene Rizzini⁽²⁾

Não temos como escrever a apresentação deste número temático da revista *O Social em Questão* voltado para a discussão/reflexão sobre as vulnerabilidades com que convivem/vivem milhares de crianças, adolescentes e jovens em todo o mundo, sem fazermos referência ao trágico terremoto que assolou o Haiti neste início de ano. Os nossos olhos incrédulos acompanham as imagens e sons que vêm deste país tão sofrido e castigado pelos desmandos históricos de seus dirigentes. A TV mostra uma legião de crianças, adolescentes e jovens (segundo as estatísticas um terço da população têm menos de 18 anos): mortos, feridos, perdidos, desolados, abandonados, famintos, tristes. Talvez eles sejam hoje a expressão máxima da vulnerabilidade econômica, social e afetiva em que se encontram crianças, adolescentes e jovens, em maior ou menor escala, em todos os países.

Discutir vulnerabilidade necessariamente nos faz pensar nas ausências materiais e simbólicas que a provocaram e mais ainda: significa tentar apreender e desvelar a lógica que faz da vulnerabilidade uma "condição humana" para parcelas significativas da população mundial.

Neste sentido a discussão sobre os direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens é fundamental para o entendimento destas vulnerabilidades.

⁽¹⁾ Psicóloga, professora do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Foi diretora do Instituto Dom Fernando e atualmente é Pró-Reitora de Extensão e Apoio Estudantil da PUC-Goiás.

⁽²⁾ Psicóloga, professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância e presidente da Rede Internacional de Pesquisa Childwatch.

O desenvolvimento da noção de direitos humanos é um marco paradigmático do século XX. A ideia de direitos perpassa os documentos normativos em praticamente todos os países. Leis, tratados e convenções multiplicam-se em âmbitos internacional e nacional, refletindo sobre as políticas públicas e os movimentos sociais que utilizam o discurso de garantia de direitos como foco e norte ético.

O princípio de supremacia dos Direitos Humanos constitui elemento essencial à democracia. É difícil imaginar uma definição de democracia que não esteja atrelada aos direitos civis e políticos fundamentais. Uma das conexões mais cruciais entre direitos humanos e democracia é a prevenção contra o exercício injusto da autoridade, com a participação ativa da sociedade. Estes são princípios preconizados em âmbito mundial, em especial na *Convenção dos Direitos das Crianças* e no *Estatuto da Criança e do Adolescente*. No entanto, existem muitos desafios que precisam ser enfrentados para que as leis sejam devidamente aplicadas.

Isso significa que uma nova série de normas e parâmetros globais vem emergindo e desafiando as formas tradicionais de pensar e agir. Outros níveis de consenso global sobre referências morais e éticas vêm sendo demandados, repudiando-se as desigualdades que dividem as sociedades. Tome-se como exemplo o conceito de soberania. Se um Estado não pode exigir jurisdição exclusiva sobre os seus cidadãos dentro de suas fronteiras geográficas, até que ponto o conceito de soberania é apropriado? Pois, compreende-se que a ideia dos chamados direitos inalienáveis se assenta no pressuposto de que esses direitos vão além da nacionalidade de um indivíduo¹.

No que tange aos direitos das crianças e dos adolescentes, avanços claros podem ser identificados na história recente. Por exemplo, embora o repúdio à noção de que as crianças carecem de Direitos Humanos tenha surgido desde a *Declaração dos Direitos da Criança* de 1924, essa ideia somente foi

¹ Para um aprofundamento destas ideias, ver: Rizzini, Irene. "População infantil e juvenil: Direitos Humanos e desigualdades". In: Freire, Silene de Moraes (org.) *Direitos Humanos e questão social na América Latina*. Rio de Janeiro: Gramma, 2009. p. 81-88.

consolidada na Convenção de 1989. Com a ratificação praticamente universal da Convenção dos Direitos da Criança, há um reconhecimento internacional de que as crianças e os adolescentes se constituem enquanto sujeitos de direitos, independentemente de seu país de origem, sua nacionalidade ou mesmo seu local de residência, permanente ou temporário.

Embora estas idéias tenham se desenvolvido muito recentemente, o princípio da universalidade dos direitos vem sendo claramente aplicado a essa população, mesmo que tardia ou cautelosamente em muitos países. Essa afirmação nos leva a considerar novamente nossa premissa inicial e a avançar para uma segunda premissa: Se todos têm os mesmos direitos, todos deveriam ter as mesmas oportunidades. Porém, sabemos que não é isso que ocorre. Há aqui nitidamente uma contradição.

Vejamos como essa contradição pode ser ilustrada com dados que nos tocam de perto. Nosso país. Começamos destacando uma de suas maiores riquezas. É um país jovem, com cerca de 83 milhões de crianças e jovens, representando 44,5% da população². No entanto, o Brasil é considerado um dos cinco países mais desiguais do mundo. O quadro das desigualdades transparece quando consideramos que mais da metade dessas crianças, adolescentes e jovens estava abaixo da linha de pobreza no ano de 2006. Mais grave ainda quando destacamos que 51% deles tinham menos de três anos de idade.

Se focalizarmos crianças e adolescentes com até 15 anos de idade, veremos que o quadro de pobreza é grave. Constata-se que, no ano de 2007, 30,4% dos domicílios com pelo menos uma pessoa com menos de 15 anos de idade no conjunto do Brasil urbano estavam abaixo da linha de pobreza.

Uma outra série de dados, importante para ilustrar as desigualdades e formas brutais de violação de direitos, são os indicadores de violência. Infelizmente, eles são abundantes em nosso continente.

Talvez os dados mais contundentes na região sejam os referentes à mortalidade de jovens, em especial os assassinatos e mortes por causas externas. A América Latina lidera as estatísticas no contexto internacional: seis países

² IBGE. Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAAd). Rio de Janeiro: IBGE, 2007

O Social em Questão

estão entre os dez primeiros no ranking internacional. No ano de 2005, morreram no Brasil 29.659 pessoas do sexo masculino, entre zero e 24 anos, devido a causas externas (homicídios, acidentes de trânsito, suicídio, overdose, afogamento, etc.). Desse total, 54% foram assassinadas, isto é, vítimas de homicídio, totalizando 16.011 pessoas³.

Como se pode observar, os dados de homicídios apresentam tendências claras em termos de faixa etária e raça. Observam-se grandes disparidades entre os diferentes grupos raciais. A população jovem preta e parda, de 14 a 24 anos, tem quase o dobro de chance de ser assassinada, em relação aos jovens brancos na mesma faixa etária.

Diante do quadro exposto, cabe perguntar sobre possíveis caminhos que combatam tamanha desigualdade. Há avanços no país no que se refere à priorização de políticas que primam pela garantia de direitos; porém, na prática, os desafios são muitos.

Estas reflexões nos levam necessariamente a pensar em questões e perguntas que podem contribuir para o debate sobre que prioridades eleger na agenda política nacional. Para que todos tenham seus direitos assegurados, como reduzir as disparidades de oportunidades? Sabemos que não existem respostas rápidas e fáceis. Fica o desafio da busca por caminhos que conduzam à superação da retórica, ou seja, fazer valer os direitos.

Neste sentido, é importante confrontarmos a crescente desigualdade entre os países e a incapacidade dos países pobres de superarem a estagnação econômica e a pobreza sem o auxílio dos países desenvolvidos. Vejamos alguns exemplos. A renda per capita da Noruega é de \$35053, dos Estados Unidos da América é de \$33070; a do Brasil é de \$2842 e a do Haiti é de \$480⁴.

Um dos nossos grandes desafios é identificar que tipo de auxílio realmente faz diferença e o que deve ser priorizado em termos de política interna e externa.

Outro aspecto é reconhecer que as diferenças entre as condições de vida das crianças e adolescentes estão presentes em nossos países por meio de

³ Banco de Dados Infância e juventude em números. Rio de Janeiro, CIESPI, em convênio com a PUC-Rio. Elaboração de Rosa Ribeiro e Luiz Marcelo Carvano. Rio de Janeiro: CIESPI, 2009.

⁴ Valores médios para o ano de 2009, expressos em dólares dos Estados Unidos da América (CIA).

diversos fatores, entre eles, a desigualdade econômica, as políticas públicas inadequadas, a indiferença, a discriminação, a corrupção e a falta de visão política estratégica com focos a médio e longo prazos. Esses fatores reduzem drasticamente as oportunidades para a população infantil e juvenil.

Por fim, parece-nos impossível enfrentarmos os desafios para reversão desse quadro sem estarmos efetivamente convencidos da importância do investimento na população jovem. Referimo-nos neste texto à riqueza do Brasil em termos populacionais - são cerca de 83 milhões de cidadãos abaixo dos 24 anos. Um fantástico contingente humano, cujo potencial, historicamente desperdiçado em nosso país, deve ser convertido em respeito incondicional aos seus direitos e uma vida melhor para as gerações presentes e futuras.

Os artigos que compõem este número da revista *O Social em Questão* expressam o compromisso da academia brasileira no sentido de dar visibilidade às vulnerabilidades que atingem as crianças e jovens em nosso país. Dentro deste contexto merece destaque a parceria estabelecida entre o Instituto Dom Fernando, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (IDF/PUC Goiás), e o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI, em convênio com a PUC Rio)⁵. O objetivo principal das duas instituições ao estabelecer esta parceria foi o de somar esforços e experiências visando à realização de estudos, pesquisas e ações sobre crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Este número da revista *O Social em Questão* é a expressão de continuidade desta parceria.

Os textos aqui reunidos expressam abordagens teórico/metodológicas diversas, singulares e complementares, atravessadas pelo desafio de tematizar a infância, adolescência e juventude em situação de vulnerabilidade social. São vários enfoques que têm em comum o compromisso ético-político de produzir um conhecimento científico socialmente relevante e que tenha como desafio

⁵ Parceria estabelecida desde 1999. As duas instituições são especializadas nas temáticas da infância, adolescência, juventude e família. O primeiro produto desta parceria foi a publicação do livro Sousa, Sônia M. Gomes & Rizini, Irene (Coordenadoras). *Desenhos de família. Criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais*. Goiânia: Ed. Cànone, 2001.

maior contribuir com a efetivação das políticas públicas brasileiras voltadas para as crianças, adolescentes e jovens.

As autoras de "Mediação familiar e produção de novos sentidos subjetivos na educação de filhos", Florença Ávila de Oliveira Costa e Ivana Oriente, apresentam os resultados das visitas familiares realizadas em contextos de pobreza. As visitas objetivaram ser um elemento facilitador do processo de comunicação entre os membros da família e possibilitar a produção de novos sentidos subjetivos no contexto familiar.

No texto "Autoridade e autoritarismo: as relações de poder no contexto da família burguesa", Romilson Martins Siqueira, reflete sobre as relações entre família, autoridade, autoritarismo e formação subjetiva de crianças. Destaca o autoritarismo como fator de vulnerabilidade social.

"As crianças voltam para casa: medida de abrigo cumprida", texto de Maria Ignez Costa Moreira, Isabella Teixeira Pires Ciatti e Mariana Costa, oriundo do Núcleo de Investigação e Intervenção Família e Infância (PUC Minas). As autoras discutem dois processos de abrigamento que resultaram no retorno das crianças às famílias de origem.

No artigo "A parentalidade adotiva: uma gestação em grupo", Lidia Levy, Patrícia Glycerio R. Pinho e Solange Diuana, as autoras apresentam suas experiências na área de adoção. Elas destacam em especial o projeto *Café com Adoção* o qual exerce ao longo do tempo um relevante papel de contendo as demandas de pais/mães, assim como de contribuição a elaboração de uma nova política de adoção no país.

"Direito a proteção e medida de abrigo para crianças e adolescentes com deficiência: reflexões a partir do olhar dos encaminhadores", de Luciene Alves Miguez Naiff, Michelle Borely e Anna Gabriela Candido, problematizam a institucionalização de crianças com deficiência, afirmando o penoso processo de vitimização que sofrem, pois têm seu direito à convivência familiar e comunitária violado.

"Conhecimentos e comportamentos relacionados a HIV/Aids de crianças e adolescentes em situação de rua", de Lucas Neiva-Silva, Fernanda Torres de Carvalho e Silvia Helena Koller, investigam 161 crianças e adolescentes em

situação de rua (conhecimentos e comportamentos relacionados à infecção de HIV/Aids). Os resultados possibilitam pensar ações que auxiliem o processo de auto-percepção, assim como o estabelecimento de condutas preventivas que tenham efetividade.

"Crianças e jovens: vulnerabilidade social nas comunidades litorâneas do Nordeste", de Adélia Augusta Souto de Oliveira, Susane Vasconcellos Zanotti, Maria Natália Matias Rodrigues e Lívia Rocha Machado Levi, apresenta o estudo realizado no litoral nordestino (Maceió-AL) com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. Para além das situações concretas de pobreza, estas crianças e jovens encontram nos valores de amor e amizade a possibilidade de elaborarem os seus projetos de vida.

"O sentido dos atos destrutivos dos adolescentes: entendendo os jovens em conflito com a Lei", de Junia de Vilhena, Maria Helena Zamora e Joana de Vilhena Novaes, discute a relação entre vulnerabilidade social/psíquica e como ambas atuam na experiência emocional de jovens que se encontram em conflito com a lei.

Enfim o que o IDF (PUC Goiás), o CIESPI (em convênio com a PUC-Rio) e os autores e as autoras destes artigos pretendem é dar visibilidade a temática da vulnerabilidade social que se faz presente na vida das crianças, adolescentes e jovens brasileiros. Buscamos, neste volume de *O Social em Questão*, apresentar uma perspectiva crítica no sentido de apontar para possibilidades de superação destas vulnerabilidades. Entendemos que sem o esforço conjunto do setor público e da sociedade civil, estes fatores históricos produtores das desigualdades jamais serão superados.